



A PARÁFRASE NO VESTIBULAR: UMA PRÁTICA DE (RE)FORMULAÇÃO DO DIZER

THE PARAPHRASE IN VESTIBULAR: A PRACTICE OF (RE)FORMULATION OF MEAN

Hélder Sousa Santos¹

RESUMO: Este artigo, o qual consta de breves recortes que fiz de minha dissertação de mestrado sobre práticas de (re)formulações paráfrásticas em contexto de vestibular, analisa gestos de paráfrases localizados e avaliados por dois corretores de redação de vestibular (corretores A e B) na produção escrita do vestibulando. Ante a esse material eleito para análise (aqui, apenas uma redação), estando o mesmo sob efeito da perspectiva teórica a qual nos filiamos, a Linguística da enunciação, nosso foco circunscreve-se em mostrar que há subjetividades implicadas à prática de produções de paráfrases em situação de vestibular; fato esse que aqui é percebido pela via de *(e)feitos de sentido* que (entre)vemos em tal (re)escrita. Ademais, nosso estudo, rapidamente, discute uma possível relação entre gestos de paráfrase e traços de autoria, como sendo o trabalho do *scriptor*² sobre o “texto-origem”³ que serve de texto motivador (TM) para a produção da redação de vestibular.

PALAVRAS-CHAVE: Enunciação. Paráfrase. Subjetividade. Autoria. Redação de Vestibular.

ABSTRACT: This article, which consists of brief excerpts that I did of my dissertation about practices of (re)formulations paraphrastics in the context of vestibular, analyzes gestures of paraphrases located and evaluated by two correctors of vestibular (correctors A and B) in the writing of students. In the presence of this material chosen for analysis (here, only one writing), which is under an effect of the our theoretical perspective, the Linguistic of enunciation, our focus was limited to show that there is subjectivity involved in the practice of production of paraphrases for the vestibular; this fact was observed here through *effects of sense* that we saw in this (re)writing. Moreover, our work, quickly, discusses a possible relationship between gestures of paraphrases and marks of authorship, as the work of the *scriptor* on the "origin-text" which serves as a motivator text (TM) for the production of the writing of vestibular.

¹ Mestre em Linguística pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. E-mail: helder_sousa@terra.com.br

² O conceito de *scriptor*, apresentado em Calil (2008) e (re)tomado em nosso estudo, designa a posição do aluno-vestibulando, quem, ante à sua redação, se fez leitor e escrevente (ao mesmo tempo) daquilo que (re)produziu.

³ Vale destacar que esta caracterização do texto motivador que aparece na prova de redação de qualquer vestibular será, aqui, assim referida, imaginariamente na condição de seus enunciadores. Por bem, sabemos que nenhum texto lacunar é fonte de sentidos, uma vez que há, conforme literaturas especializadas, a história de leituras do leitor em jogo, as quais não temos acesso determinado.



KEYWORDS: Enunciation. Paraphrase. Subjectivity. Authorship. Writing. Vestibular.

1. PALAVRAS INICIAIS:

1. 1 Breve visão geral e histórica da paráfrase:

O interesse pelo estudo da paráfrase, conforme se verifica em diferentes literaturas, sejam estas de cunho formal, ou de cunho enunciativo, não é nada recente. Estudiosos e, também, filósofos, desde a Antiguidade, se ocuparam em delinear seu conceito, cientes do quão abrangente e complexo esse fato de linguagem já se mostrava.

Em abordagens “pré-linguísticas”, conforme nos lembra Fuchs (1994, p. 1-3), a concepção de paráfrase — a princípio, concebida como um (e)feito empírico, sem levar em conta, no caso, o papel do sujeito enunciador em sua constituição — está para *uma atividade de (re)formulação* na qual um novo texto (X') reformula um “texto-fonte” (X), visando a esclarecer aspectos semânticos àqueles que, estando diante deste (X), tomariam como obscura sua significação (isso para um leitor não especializado/leigo).

Quanto a isso, conforme continua relatando Fuchs (ibidem), é possível perceber que o conceito de paráfrase assumia, em abordagens pré-linguísticas, caráter pedagógico, estando ligado, exclusivamente, a atividades de doutrina do tipo: a interpretação de textos bíblicos. Enquanto *prática de reformulação de textos*, Fuchs (idem, p. 4) nos esclarece de que tal concepção atravessa toda a Idade-média, se fazendo notar, por exemplo, no Renascimento, em gestos de paráfrase (em comentários explicativos) que o humanista holandês Erasmo de Roterdã realizou a partir dos quatro *Atos do evangelho* do Novo Testamento. Nessa época (século XVII), consoante a mesma autora (ibidem), houve uma expansão da prática de paráfrase, passando esta a assumir certo tom literário, fato que pode ser evidenciado em títulos de obras tais como *La paraphrase d'un chapitre de "l'Imitation de Jésus-Christ"* de Corneille, *La paraphrase du Psaume CXLV* de Malherbe, etc — isso servia, na tradição religiosa, para (de)marcar aos fiéis o sentido cotejado pelos dirigentes religiosos para a interpretação de tais textos.

Afora essas exegeses bíblicas, que eram vistas sob condição de paráfrases, Fuchs (idem, p. 4-7) comenta que as produções parafrásticas fizeram, durante muito tempo, parte



de interesses da conhecida teoria/técnica de convencer interlocutores pela via da oratória, a Retórica clássica. Para tal teoria/técnica, o ato de parafrasear textos consistia, nas palavras de Fuchs (ibidem), em um “exercício preparatório” para estudantes. No que tange a isso, essa mesma autora (ibidem), embasada em trabalhos do escritor e retórico latino Quintiliano (95 d. C.), nos recorda de reflexões interessantes realizadas por ele acerca do exercício da paráfrase — tal escritor (Fuchs, ibidem) nos diz que o ato de parafrasear textos era, em sua época, usado como ensinamento de base a ser recebido por estudantes (fato que possibilitava a estes prosseguirem em seus estudos de música, de teatro e de aprendizagem de uma língua etc., antes de iniciarem em lições específicas de Retórica).

Também, em estudos de filosofia, encontramos ainda, exemplarmente nos escritos de Aristóteles⁴, considerações desse pensador acerca do acontecimento da repetição na arte literária, podendo associá-lo à paráfrase. Conforme consta da *Arte retórica e arte poética* (1964, cf, p. 279), a repetição de fatos da linguagem (nesse caso, a ser realizada por poetas) precisa se dar de tal forma que não chegue a alterar o sentido daquilo que efetivamente a sucedeu. Nisso, então (pensando em termos de paráfrase), vê-se, na repetição aristotélica ou *mimeses* (esta enquanto um fundamento central de toda arte), certa “obrigatoriedade” imputada a um autor cujo trabalho se restringia em tentativas de cercar o sentido de textos para garantir, de fato, o “mesmo sentido” destes.

A Lógica, por sua vez, desde Aristóteles, se envidou, consoante estudos de Fuchs (1982, p. 13-14) por estabelecer condições de *equivalências entre proposições* (*equivalências* essas definidas em termos de identidade necessária entre “valores e verdades” que as concernem — aqui, rapidamente, podemos dizer que duas proposições P e Q estão em relação de equivalência ($P \equiv Q$) ou de bi-implicação ($P \Leftrightarrow Q$) se, sempre que P é verdadeiro (ou falso), Q também é, e se tudo de Q é verdadeiro (ou falso), de P também o é). Exemplo disso, segundo Fuchs (1982, *apud* PORT-ROYAL, cf, p. 13-14), é a dupla negação contraditória que recai sobre a afirmação (Ex.: P: Todo homem é mortal $\neg \equiv$ Q:

⁴ Em *La paraphrase* (1982, p. 10-12), Fuchs, ao falar do surgimento do termo paráfrase (que foi em torno de 1525), nos esclarece de que essa prática de linguagem — inscrita desde a Antiguidade no bojo de preocupações da Retórica clássica — foi referendada em trabalhos aristotélicos como sendo um mecanismo de produção de diversos discursos e situações.



Não é verdade que alguns homens não são mortais → Não há homens que sejam mortais). Casos de equivalência entre proposições semelhantes se fazem ver, também, consoante analisou Aristóteles (*apud* Fuchs, 1982, p.14), em *proposições modais* (Ex.: P: Você deve responder \equiv Q: Você não pode responder não); há ainda equivalência entre proposições no nível da escolha lexical do termo predicativo (Ex.: P: Ele é casado \equiv Q: Ele não é mais solteiro) (traduções nossas).

Porém, no que tange à sinonímia, cumpre destacar que o tratamento que a Lógica dá para duas proposições do tipo X e Y (que dizem falar o “mesmo”) separa, radicalmente, os dois planos que as compõem: o plano do conteúdo (o sentido) do plano da expressão (a forma linguística); ambos deveriam ser visto na relação que um mantém, constantemente, com o outro (e não isoladamente, colocados como “independentes” um do outro) durante o trabalho de significação (FUCHS, 1982, p. 8-9). Para a Lógica, então, o conteúdo de X está sempre para algo idêntico ao de Y; as n-formulações possíveis que Y, com efeito, pode encerrar fazem “crer” que todas contêm o “mesmo sentido” de X.

Sendo assim, para finalizar esse momento inicial de nosso texto, o qual trata dos primeiros usos do termo paráfrase na literatura, resumidamente, diríamos que na tradição Retórica e Lógica, esse tipo de trabalho com a linguagem (a paráfrase) sempre esteve ligado à prática de exercícios apresentados para se cumprir e para verificar verdades entre proposições, respectivamente — isso se dava de tal forma que à Retórica cabia examinar a paráfrase como uma atividade de linguagem capaz de permitir ao orador/falante alcançar suas intenções, exprimir seus pensamentos por meio da fala; já à Lógica cabia examinar a paráfrase como um recurso que permitisse instaurar relações de verdade entre duas proposições tomadas para esse fim (FUCHS, *idem*, p. 17).

2. A EMERGÊNCIA DA NOÇÃO DE PARÁFRASE NA LINGUÍSTICA

2.1 A paráfrase sob o enfoque estrutural

Como dissemos a pouco, a noção de paráfrase, primeiramente, aparece no seio da Retórica, estando, a princípio, relacionada a dois tipos de prática de linguagem: a) como



atividade de reformulação de textos de autores que se empenharam na arte de oratória e b) como exegese de textos sacros.

Daí em diante, o tratamento da questão passou a ser preocupação nos estudos da linguagem, já que o modo como esse fato era aduzido em literaturas retórico-lógicas deixava em aberto contradições teóricas inespecíficas — por exemplo, *o fato de se querer dizer a mesma coisa e se dizer outra* —, ao se tentar (ao menos) circunscrever uma definição/caracterização para o termo.

Conforme nos recorda Fuchs (1982, p.11), historicamente, contradição assim tem, superficialmente, sido investigada desde Aristóteles (384 a.C. - 322 a.C.), quem primeiro se referiu à paráfrase enquanto “mecanismo de produção de diversos discursos e situações”, e, muito posteriormente, pela própria Linguística, já no século XX. Quanto a esse atual interesse renovado pela questão, agora invocado no âmbito linguístico, podemos dizer (idem, p. 17) que ele provém de três razões principais: 1ª) o desenvolvimento de pesquisas em termos de tratamento automático da linguagem e de textos; 2ª) o estudo sistemático das relações sintáticas entre frases (o desenvolvimento de gramáticas transformacionais) e 3ª) a ampliação das preocupações linguísticas (em matéria de semântica) que deixou de se limitar ao léxico, passando a admitir uma semântica do enunciado e da enunciação

Como se vê, esses recentes trabalhos, todos empenhados por desenhar um percurso teórico-metodológico para a abordagem da paráfrase, são bastante heterogêneos na maneira de conceber esse fato de linguagem — a maioria deles a encerra ao que é da ordem do próprio sistema da língua, enquanto um mecanismo suposto capaz de evidenciar o “mesmo sentido” de um enunciado anterior. Quanto a isso, lembramos como em Fuchs (1985, p. 129), que a paráfrase, noção difícil de ser determinada, pode apresentar caracterizações um tanto contrárias do tipo:

i) é um dado imediato da consciência linguística dos locutores (saber uma língua é poder produzir e identificar frases como “tendo o mesmo sentido”), mas é também o produto das construções teóricas dos linguistas (o número e a natureza das paráfrases descritas é função direta como modelo de referência);



- ii) é uma atividade linguística dos sujeitos (um trabalho de interpretação e de reformulação), mas é também o objeto linguístico resultante dessa atividade (o enunciado ou o texto que reformula o outro);
- iii) é uma relação entre um enunciado ou texto-fonte e sua(s) reformulação(ões) efetiva(s) numa situação dada (dimensão “sintagmática” da cadeia do discurso), mas é também uma relação entre todos os enunciados virtualmente equivalentes na língua (dimensão “paradigmática” do sistema da língua).

No que tange essas três caracterizações anteriores de paráfrase que Fuchs (1985), resumidamente, procura nos colocar a par, podemos assim dizer que todas se restringem a tentativas de querer apreender o fato parafrástico em propriedades intrínsecas das unidades da língua (sejam em palavras, frases ou em enunciados); unidades essas supostamente “presentes” no interior de seu sistema. Na óptica de tais trabalhos, então, a paráfrase parece representar um mecanismo de linguagem cuja relação entre sentenças de uma dada língua (estas são reconhecidas por todos os seus locutores) que estão sob essa condição (a de serem paráfrases) é objetiva, estável, regular (Cf. FUCHS, 1982, p. 22). Cumpre aqui apresentar, respaldados em Fuchs (idem, p. 7), as três concepções reinantes no senso comum utilizadas para identificar/caracterizar paráfrases. A primeira delas nos esclarece que “uma frase ou um texto Y constitui uma paráfrase de outra frase (ou texto), quando se considera que Y reformula o conteúdo de X (dito de outra forma, quando X e Y possuem formulações diferentes de um conteúdo idêntico, diz-se que são duas maneiras diferentes de ‘dizer a mesma coisa’”); a segunda concepção nos esclarece que “uma palavra ou uma expressão Y é sinônimo de outra palavra ou expressão X, quando podemos considerar que X e Y têm os mesmos sentidos, possuem, pois, nomes diferentes sendo utilizados para designar ‘a mesma coisa’ (o mesmo objeto, a mesma ação)”); a terceira concepção, por sua vez, nos esclarece que “uma frase ou texto Y de uma língua L2 é uma tradução de uma palavra, frase ou texto de X de uma língua L1, se aceitarmos que Y restitui, na língua L2, o conteúdo de X na língua L1”.

A respeito dessas três concepções de paráfrases com que o senso comum lida, Fuchs (ibidem) as trata como sendo ingênuas, já que todas lidam com a paráfrase enquanto sinonímia e tradução; todas descrevem o fato parafrástico apenas quantitativamente (Y é



sempre um comentário explicativo, portanto, mais longo que X) e não quantitativamente e qualitativamente (ao mesmo tempo) a ponto de admitir o diferente no “mesmo”.

Ora, o quanto antes, para encerrar essa subseção de nosso artigo — sem que desvendemos aqui o que nos espera: nossa análise de gestos de paráfrases realizados em situação de vestibular —, cabe dizer que nem sempre aquele que, imaginariamente, lida com o simbólico consegue dizer efetivamente “os/dos mesmos” fatos da língua (isso se for possível dizê-los!), uma vez que a relação de sentidos (re)construída no produto alcançado (a redação de vestibular) pode oscilar, desde deslizamentos eventuais (estes presentes na própria (re)produção do que se diz ser “o mesmo” naquilo que, em nosso caso, o vestibulando, (re)escreveu), até a deformação semântica do produto parafraseado, implicando, por que não, um dizer-outro, algo diferente do que outrora o foi.

2.2 A paráfrase sob o enfoque enunciativo

Consoante Fuchs (1985, p. 130), resumidamente, há hoje três fontes históricas de que se alimenta a reflexão linguística para o estudo da paráfrase. São elas: a *perspectiva lógica de equivalência formal*; a *perspectiva gramatical da sinonímia* e a *perspectiva retórica da reformulação*.

Embora já comentada acima, julgamos necessário reforçar que a *perspectiva lógica de equivalência formal* se mostra uma abordagem limitada para o exame do fato parafrástico. Isso se deve, porque tal perspectiva adota a noção de equivalência de proposições sob regras supostamente tomadas como sendo “capazes” de permitir encontrar condições para a realização de paráfrases — há, nesse tipo de perspectiva, então, “certo desconhecimento da especificidade do sentido⁵, sobre o qual repousa o funcionamento linguístico da paráfrase” (FUCHS, *ibidem*).

Em se tratando da segunda perspectiva, a *perspectiva gramatical da sinonímia*, também já elucidada anteriormente, há de se considerar que não é algo novo na literatura de estudos de linguagem. Gramáticos na Antiguidade já questionavam sobre a relação de sinonímia entre as palavras: identidade verdadeira de sentidos ou somente proximidade

⁵ Grifo da autora.



semântica? Concepção assim encontra-se ainda hoje entre grande parte de estudiosos da paráfrase, por exemplo, em Ilari (2001, p. 141-142), quem examina a prática de parafraseamentos de textos sob dois enfoques: como mecanismo baseado no léxico e como mecanismo sintático.

Há ainda linguistas que se contentam com a ideia intuitiva de identidade de sentido entre textos, apesar de, em trabalhos de semântica gerativa e de semântica formal atuais, haver um esforço por qualificar, no plano da significação, aquilo que fatos parafrásticos têm em comum e aquilo que os diferenciam; não podendo, pois, ser descartada a possibilidade de existir referentes estáveis que nos autorizam checar núcleos semânticos comuns entre o texto-fonte e o texto-paráfrase. Quanto a esse último comentário, ressaltamos, porém, que existe uma diversidade de pontos de vista de estudiosos da questão sobre o que se diz ser o “mesmo referente”, levantando-se, por exemplo, a dúvida acerca de diferenças semânticas a serem conferidas entre referentes.

Ante a essas duas concepções de parafrases, Fuchs (1985, p.133) comenta que:

as duas abordagens da paráfrase, em termos de tratamento formal ou de sinonímia têm como ponto comum tratar a paráfrase como uma relação virtual na língua, e não como uma relação atualizada no discurso, ou seja, como uma propriedade intrínseca de grupos de enunciados, abstração feita a toda consideração sobre a prática concreta dos sujeitos.

Sendo assim, nessa passagem que recortamos de Fuchs (ibidem) — onde a autora nos expõe breves conclusões a que ela chegou a partir do que é assegurado nas duas primeiras perspectivas que lidam com a noção de paráfrase (*a perspectiva lógica de equivalência formal* e *a perspectiva gramatical da sinonímia*) —, observamos uma importante constatação: a de que a produção de parafrases não está para uma relação estável com a língua, tal qual comumente ela é tomada, ao se tentar reconhecê-la. O ato de parafrasear, consoante Fuchs (ibidem), ao contrário, não chega a apagar julgamentos, opiniões que seu produtor (o *scriptor*), certamente, deixa marcado no simbólico que (re)construiu (aquele, de fato, não é indiferente àquilo que (re)produz; no produto alcançado há, sem dúvida alguma, sentidos-outras passíveis e possíveis de se (entre)ver).



Em termos da *perspectiva retórica da reformulação*, a paráfrase é abordada pelo lado do discurso: “uma atividade de interpretação e de (re)formulação pela qual o *scriptor* restaura (bem ou mal, na totalidade ou em parte, fielmente ou não) o conteúdo de um texto-fonte sob a forma de um ‘texto-segundo’” (FUCHS, 1985, p. 133-134).

Sendo assim, nessa terceira abordagem de paráfrase arrolada por Fuchs (*ibidem*), observamos, então, a avaliação da autora que, ante ao acontecimento desse fato de linguagem, nos chama atenção para parâmetros ligados ao *scriptor* e à situação de discurso que precisam ser levados em conta no estabelecimento de paráfrases. Tais parâmetros, segundo Fuchs (*ibidem*), é que nos permitem perscrutar a possibilidade de reconhecer que há mecanismos fundamentais implicados à prática de paráfrase de sequências textuais, que um *scriptor* lança mão durante o ato de interpretar e de reformular textos.

No que tange a esse tipo de abordagem da paráfrase, lembramos que ele representa bem o modo com que Fuchs (1985, 1994) estabelece sua proposta enunciativa para tratar de fatos parafrásticos. Essa abordagem é reconhecida por essa autora sob olhar de três questões que ela julga fundamentais em matéria de paráfrase de textos. Antes, porém, de enunciarmos essas três questões, abrimos espaço aqui para comentar sobre o conceito de *enunciação* que Fuchs (1994, p. 84) adota. Consoante essa autora, *enunciação* significa “um conjunto de operações regulares, próprias da constituição da interpretação de enunciados, que se mostram apreensíveis por meio de parâmetros que envolvem pensar no enunciador, no coenunciador e no momento da enunciação” (tradução nossa). Sendo assim, para Fuchs (*ibidem*), enunciação não se limita a fatores exclusivamente linguísticos; há, além desses, no ato de enunciar, fatores ligados à situação de produção de paráfrases (estes precisam ser levados em conta durante o ato em si de enunciar algo). Um desses fatores envolve considerar a presença de um locutor naquilo que ele (se) enuncia. Em uma abordagem enunciativa, então, como a de Fuchs (*ibidem*), parafrasear um texto pressupõe mais que encontrar correspondência entre formas da língua que “garantam” o “mesmo sentido”. Existem questões fortes para se observar nesse tipo de prática de linguagem, como, por exemplo, o papel do locutor (com sua intenção) e o trabalho do alocutário (com sua interpretação).



Reiterando agora os fatores apontados por Fuchs (1985, p. 134) como inalienáveis à produção de paráfrases, temos a dizer que, em primeiro lugar (fator n. 1), a reformulação parafrástica repousa sobre uma prévia interpretação de um “texto-fonte” tomado para esse fim. Essa interpretação é variável segundo aspectos sociais, históricos, ideológicos concernentes ao *scriptor*, o que implica dizer que a interpretação de um texto não é uma; é marcada por uma disseminação do sentido. Por isso, o *scriptor* pode (re)formular de modo diferente uma “mesma” informação. Em segundo lugar (fator n. 2), uma reformulação parafrástica consiste em identificar a significação do “texto-fonte” a ser (re)construída — identificação essa que se mostra momentânea e, por que não, frágil, uma vez que ela pode não ser a única, exatamente a que, imaginariamente, se supõe ser aquela que o autor quis (!?) representar com seu texto/o “texto-fonte”, chegando-se a outra(s) possibilidade(s) de leitura. Por último (fator n. 3), Fuchs (*ibidem*) nos diz que a reformulação parafrástica pode ser traduzida sob formas características de emprego metalinguístico da linguagem (exemplo disso, consoante a mesma autora (*ibidem*), pode ser percebido em esquemas do tipo: A, quero dizer B; A e B significam a mesma coisa; A, em outras palavras B; etc.).

Gostaríamos de ressaltar que, em outro trabalho de Fuchs (1982, p. 89), essa autora se refere à paráfrase como uma espécie de estratégia cognitivo-linguística de sujeitos; portanto, como uma estratégia constitutiva destes — imaginemos isso, de forma semelhante ao que o linguista Roman Jakobson nos expõe em *Linguística e Comunicação* (2005, p. 130), quando ele procura formular explicações para o que nomeia de *metalinguagem* (= uma combinação de expressões sinônimas numa sentença equacional: A = A) (*ibidem*). Nessas circunstâncias, a paráfrase está, conforme Fuchs (*ibidem*) comenta, *a priori*, para uma habilidade adquirida por sujeitos (em usos reais da língua) que permite aos falantes identificar traços semânticos semelhantes entre dois enunciados. Entretanto, convém dizer que associar paráfrase à metalinguagem pode fazer acreditar que tal operação signifique uma mera tradução intracódigo (contemplando somente o nível referencial), tendendo a minimizar possíveis tensões entre forma e sentido na linguagem. Acerca disso, então, parece possível dizer que a função metalinguística serviu ao trabalho de Fuchs (1982) apenas como ponto de partida (especulação) para suas elaborações teóricas diante do



complexo assunto da paráfrase; assunto esse que impõe saber, por exemplo, sob que aspecto(s) o fato parafrástico se (re)vela.

As três abordagens acima (ou fatores) que Fuchs (1985, p. 134) coloca, ante o tema da paráfrase, leva-nos a concluir que a função da prática de parafrasear é justamente a de (trans)formar objetos-de-discurso (aquilo que se diz “ser” referentes textuais) naquilo que estes ainda não o são e não simplesmente decalcar ideias que se supõe ser as de um autor. Quanto a tais fatores acima destacados, apenas (e rapidamente) os descrevemos aqui, a fim de ressaltar certos aspectos a eles implicados (há, por exemplo, parâmetros que *scriptors* “adotam”⁶ ao tecer (suas) paráfrases e que aqui serão ainda checados em nossa análise adiante construída). Com efeito, o que já se pode deduzir do ato de parafrasear textos é que, mesmo um *scriptor* encarando essa prática de linguagem pelo seu lado quantitativo — como tarefa a cumprir mediante *instruções* (em nosso caso, as instruções que compõem o preâmbulo da prova de redação de qualquer vestibular) postas para que ele as siga —, há, sim, lugar para o espreitarmos (no diferente) sentidos-outros, que, no simbólico, se (re)constrói.

No que tange, então, à noção de paráfrase ligada a aspectos quantitativos desvencilhamo-nos dela, cientes do que Pêcheux (1990, p. 53) nos assevera. Consoante esse autor (*ibidem*):

todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria a logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente).

De nossa perspectiva teórica, então, é nesse sentido que a noção de paráfrase precisa ser considerada: uma prática de linguagem comportando sentido(s)-outro(s), o diferente, a polissemia. Fuchs (1994, p. 129), também, de modo semelhante a Pêcheux (*ibidem*), não admite a existência de equivalências semânticas fechadas; ao contrário, essa autora suspeita haver certo “parentesco semântico” entre as formas da língua, o que,

⁶ Preferimos aspear esse termo, porque bem sabemos que aquele (o vestibulando) que escreve (em nosso caso, uma redação de vestibular) fica submetido a injunções, as quais cerceiam o “seu” dizer ao se enunciar via escrita.



consequentemente, faz do parafraseamento de textos um exercício dinâmico sobre a significação.

A seguir, após essa sucinta retomada que acima fizemos do tratamento do fenômeno parafrástico em abordagens estruturais e enunciativas, passamos a refletir um pouco sobre o que Benveniste (1988) nos expõe acerca da relação sujeito e linguagem; relação essa que é cara a esse nosso (breve) estudo, dado que conjecturamos haver subjetividades implicadas ao modo de reconhecer (ou não) parafraseamentos em redações de vestibulandos.

3 BENVENISTE E O HOMEM NA LÍNGUA

Falar do *homem na língua* é (re)pensar em subjetividade e, por conseguinte, em sujeito é-feito de linguagem. Vale, então, para iniciarmos uma breve discussão sobre o fator *homem na língua*, trazer um conhecido dizer de Benveniste (1988), o qual em muito nos alerta acerca das matérias homem, língua e linguagem. Assevera-nos, pois, Benveniste (1988, p. 285) que:

Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem.

Dessa forma, ao conceber que o homem é-feito na/da linguagem, Benveniste, nessa passagem acima, nos cerca de certezas de que *homem* e *língua* mantêm uma relação inalienável, tanto que não é possível pensarmos em linguagem como objeto neutro, enquanto algo que esteja a falar por si das coisas do mundo, que, consequentemente, extirpe aquele de sua estrutura. Ao contrário, a linguagem que o homem fala/ (re)escreve é sempre resultado de representações que ele (re)produz enquanto sujeito constituído na e por ela.

Porém, antes que assim nos dissesse dessa relação constitutiva entre homem e língua, tentando nos propor uma teoria (sua) da subjetividade na linguagem, Benveniste, em *Da subjetividade na linguagem* (1988), nos afirma ser impróprio (frágil) o tratamento da



linguagem como *instrumento de comunicação*. Para isso, ele nos alerta sobre esse “pragmatismo” — ante a comparação assim (*linguagem como instrumento*) que “enche-nos de desconfiança”, comenta Benveniste (ibidem, p. 285) —, que muitas vezes confere à linguagem função/papel utilitária/o com relação aos usos que dela fazemos. Isso, conforme tal estudioso (ibidem, p. 284), entre nós mesmos, se faz com tamanha ênfase que é preciso “pedir à evidência que se justifique”, diante dessa determinação ingênua.

De fato, comparar a linguagem a um instrumento torna simplista sua natureza, que, por si, sem buscar aqui alguma explicação, já é complexa. Comparação assim é tão simplista, que “falar de instrumento, é pôr em oposição o homem e a natureza”, argumenta Benveniste (ibidem, p. 285). É de um homem na língua, então, que Benveniste fala; uma picareta, uma flecha, uma roda são instrumentos fabricados pelo homem, não estando, pois, em sua natureza, tal qual está a linguagem — esta não é fabricação humana; é, diferentemente, o próprio homem (ibidem).

Nesse sentido, pensar a/em linguagem na condição de instrumento é opô-la ao próprio homem. É recusar, também, a possibilidade de refletirmos acerca do fazer-se sujeito por um locutor que toca a língua ao enunciar, marcando-se, por conseguinte, naquilo que diz ao (se) enunciar. Sobre isso, afirma Benveniste (ibidem, p. 285) da seguinte maneira:

Todos os caracteres da linguagem, a sua natureza imaterial, o seu funcionamento simbólico, a sua organização articulada, o fato de que tem um *conteúdo*, já são suficientes para tornar suspeita essa assimilação a um instrumento, que tende dissociar do homem a propriedade da linguagem.

Ao referir, então, à noção de subjetividade como sendo constitutiva da linguagem humana, Benveniste (1988), seguidamente, admite ainda ser esta de uma ordem (inter)subjetiva. A condição para que o homem passe a existir enquanto tal só é alcançada quando este se constitui pelo outro. Nesse caso, um locutor, em exercício de discurso, se apropria dos caracteres formais da língua (de início, estes são formas “vazias”), referindo-se à sua “pessoa”, definindo-se, a seguir, primeiramente, enquanto um “eu” (locutor) e, posteriormente, instaurando um “tu”, que nada mais é que o seu parceiro no (des)envolver



de atos de comunicação (BENVENISTE, 1988, p. 289). Ante a situação assim, há que (re)considerar o fato de a “mesma” (inter)subjetividade que, a princípio, precisa se implantar entre as pessoas de discurso (“eu” e “tu”), ser condição para a subjetividade na linguagem.

Quanto ao que acabamos de dizer acima, conclui-se que, em Benveniste (1988), especialmente em seu texto a que estamos aqui nos aludindo (*Da subjetividade na linguagem*), a linguagem é de uma ordem (inter)subjetiva. Ao se constituir na condição inicial de “eu” e, imediatamente, ao instaurar o outro naquilo que possa enunciar via língua, o sujeito dá, imediatamente, início à produção de sentidos, que vão sendo (re)construídos na/pela linguagem. É nesse sentido, com efeito, que vemos o quão importante se faz a questão da subjetividade benvenistiana para estudos que, como em nosso caso, se propõem a perscrutar a frágil determinação entre linguagem e sentido, sobremaneira ante a certeza de uma significação que “passivamente” pode fazer supor ser de uma ordem do(s) “mesmo(s) sentido(s)”. Aqui, é oportuno questionarmos o seguinte: se acreditamos que há sujeito se constituindo na/pela linguagem, é ou não possível uma palavra, uma sentença ou um texto ser(em) o que outra palavra/sentença/texto pode(m) ser? Uma justificativa para essa pergunta está no fato de que a cada enunciação aquele que enuncia se constitui, como sujeito da enunciação, naquilo que diz ao (se) enunciar, cabendo, pois, em nosso caso específico, indagar se seria possível diferentes *scriptors* chegarem ao(s) mesmo(s) sentido(s) daquilo que (re)formulam. Deixamos para responder essa questão adiante (em nossa análise)!

Ainda acerca do fundamento da (inter)subjetividade, anunciado por Benveniste em *Da subjetividade da linguagem* (idem), admitimo-la, tal qual assevera o autor, ser particularidade de todas as línguas e não de “línguas particulares”, posto que em todas as línguas há a categoria de pessoa (idem, p. 287). O *Eu* locutor que toma a língua para enunciar a um *Tu* — fazendo-se (daí em diante) sujeito do seu dizer, não sendo possível pensá-lo a partir da ausência do *Tu* — dá início ao funcionamento da língua (esta passa à condição de discurso) por um ato individual de utilização.

Consequentemente, a categoria de pessoa torna esse ato único, irrepetível; fato que dá a ele estatuto singular de enunciação, permitindo-o, também, (re)velar um possível



sujeito no e do dizer que se enuncia. Quanto ao produto de enunciações de um sujeito (o enunciado), acreditamos ser pertinente tratá-lo enquanto fato linguístico que pode nos orientar a sentidos que dele emergem/ (re)ssignificam-se, mesmo quando se trata da “certeza” de sentidos que parecem se manter sob condição de “mesmo”, como no caso de (re)escritas parafrásticas (re)formuladas em contexto de vestibular.

A seguir, de forma prática e breve, nos propomos a falar dessa posição de unicidade do “eu” locutor que, ao interpretar textos, se estende à condição de sujeito de enunciação, e ainda nos propomos a examinar a noção de *efeitos de sentido*⁷ que é bastante problematizada em domínios teóricos da Análise de discurso (AD) — efeitos esses que asseveramos ser resultado da interpretação do “eu”, sujeito-singular da enunciação.

3.1 Leitura e Interpretação

A interpretação está presente em toda e qualquer manifestação da linguagem. Não há sentido sem interpretação. Mais interessante é pensar os diferentes gestos de interpretação, uma vez que as diferentes linguagens, ou diferentes formas de linguagem, com suas diferentes materialidades, significam de modos distintos. (ORLANDI, 2004, p. 9).

Para discorrermos sobre leitura e interpretação, retomamos Orlandi (2004) em seu livro *Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico* (2004); obra essa em que a autora expressa posicionamentos interessantes acerca do conceito de interpretação e de implicações decorrentes do que ela conceitua como *gesto* de interpretação. No que tange à noção de interpretação, cumpre ressaltar que não há sentido(s) já constituído(s)/determinado(s) em qualquer que seja a materialidade linguística, sem que o leitor efetue um trabalho de interpretação sobre ela. Nessa perspectiva, concebemos o sentido como um efeito relacional, que mo(vi)menta leitor, materialidade linguística e

⁷ A noção de *efeitos de sentido* está sendo tomada por nós, em especial, nas análises que fizemos para a paráfrase presente na redação do aluno vestibulando, como sendo um *(e)feito singular*, o qual foi produzido pela possibilidade de substituição de formas da língua — particularmente, as formas que constituem os textos motivadores da prova de redação de vestibular (2008) — por aquele que está imerso no simbólico, em nosso caso, pelo vestibulando. Vale, portanto, ressaltar que, tal noção nada tem aqui a ver, estritamente, com as unidades linguísticas em si que compõem os textos motivadores da prova de redação de vestibular.



história. O leitor, enquanto leitor, não se confunde a um lugar vazio, porque ele possui sua história, sua relação com a língua, com a linguagem e com os sentidos (im)possíveis de o tocar e nele (re)soar.

Com efeito, a noção de interpretação enquanto trabalho de (re)construção de sentido(s) pode ser relacionada ao fundamento (inter)subjetivo da linguagem; em nosso caso específico, o vestibulando escreve e (re)formula parafrasticamente o(s) texto(s) motivador(es) da prova de redação de vestibular numa relação (inter)subjetiva, dado que (re)escreve para um “suposto” corretor, por ele imajado.

É nesse sentido, então, que, a nosso ver, a teoria orlandiana sobre interpretação representa um *modo* singular para se conceber o estatuto de tal ato no/ com o simbólico. São fundamentais para a compreensão do estatuto da interpretação, na perspectiva de Orlandi (2004), o conceito de “gesto de interpretação” e a noção de “incompletude da linguagem”.

A noção de *gesto de interpretação*, desenvolvida por Orlandi (2004), serve para corroborar a ideia de que não há sentidos imanentes, “próprios a um texto” (idem, p. 28); isso precisa ser (re)pensado de tal maneira que aceitemos que estes (os sentidos) “não podem ser tratados como já existentes (...), como se eles já estivessem sempre lá” (ibidem), em uma dada materialidade linguística, restando ao leitor, ante a esta, senão extraí-los.

A interpretação, diferentemente, é um incessante trabalho de (re)produção de sentidos; não é mero esforço de leitores por depreenderem ideias supostamente (pre)concebidas por um autor. Dito de outro modo, um leitor não apreende sentidos que possivelmente estariam já fixados em textos; ao contrário, ele atribui sentidos a estes, interpreta-os, (re)significa-os, mantendo-os, pois, em curso, enquanto possibilidade de até mesmo vir a ser outros.

Ciente desses propósitos que deve assumir o trabalho de interpretação por leitores que lidam, imaginariamente, com o simbólico, Orlandi (2004), citando Pêcheux, (idem, p. 18), afirma, convictamente, que “a interpretação é um ‘gesto’”, ou seja, nas palavras da própria autora (ibidem), “um ato no nível do simbólico”. Como a linguagem não se fecha, embora exista a vocação (imaginária) da parte de qualquer leitor pela uni(ci)dade de sentidos de um texto, há nesse ato com o simbólico (a interpretação) espaço



para o engendrar de linguagens possíveis⁸ (isso nos seus limites de sentido(s)) por aqueles que desejam-na fazer acontecer...

Acerca desse modo com que Orlandi (2004) se refere ao simbólico (como lugar aberto à interpretação), lembramos que o mesmo é tratado pela própria autora, também, como sendo lugar de fronteira, de tensão entre a paráfrase (“o mesmo sentido”) e a polissemia (o sentido diferente, o sentido-outro) — fato que serve, novamente, para ratificar, a decisão da autora em considerar a interpretação na condição de “gesto”, como manifestação (e representação) do que é singular a um leitor.

Quanto à noção de interpretação, ressaltamos, pois, que o fato de ela ser concebida enquanto “gesto” (ORLANDI, 2004) é que nos autoriza a (re)pensá-la na sua relação com outra noção orlandiana, a de “incompletude da linguagem”. Para Orlandi (2004, p. 18), essa *incompletude* se justifica por quatro motivos: “i) porque são várias as linguagens possíveis, ii) porque a linguagem se liga necessariamente ao silêncio, iii) porque o sentido é uma questão aberta, iv) porque o texto é multidirecional enquanto espaço simbólico”. Dessa forma, consoante Orlandi (*ibidem*), a “incompletude da linguagem” é que faz do “gesto de interpretação” algo suscetível de ser realizado, possibilitando, assim, o fato de haver possíveis sentidos (*efeitos de sentido*) se (re)fazendo ante ao trabalho de leitores que (re)constroem materialidades linguísticas.

Estando sob essas condições, diríamos, do nosso modo, que o trabalho da interpretação somente se realiza *em forma de gestos* — estes só acontecem, porque qualquer que seja a materialidade linguística, esta produzirá a seus leitores lugares favoráveis à interpretação.

Enfim, diante desses dois conceitos orlandianos sobre *gestos de interpretação* e *incompletude do simbólico*, cabe somente fazer uma breve observação, agora mais direcionada ao nosso objeto de estudo, a paráfrase (re)formulada em contexto de vestibular. Certos, então, de que o simbólico é (e)feito de incompletude e de que ele nos possibilita realizar

⁸ Destacamos, porém, consoante Orlandi (2004, p. 13), que “não é porque é aberto que o processo de significação não é regido, não é administrado”. Pelo contrário, continua a autora (*ibidem*), “é por ter esta abertura que há determinação”. Assim (*ibidem*), “o lugar mesmo do movimento é o lugar do trabalho da estabilização e vice-versa”. No que tange, então, a esse *engendrar de linguagens*, é bom manter-se na reserva de que se trata de um processo em que é constante a tensão entre o que é da ordem do “mesmo” (a paráfrase) e do “diferente” (a polissemia).



gestos de interpretação a partir de suas (re)formulações linguisticamente materializadas, podemos, atentos a essas circunstâncias, concluir que o ato de interpretar textos (des)envolve-se sob/em o/um trabalho subjetivo de *scriptors*; estes, a todo momento, lutam pelo (re)formular de sentidos, julgando-os, imaginariamente, ser os “mesmos” de uma materialidade linguística que foi lida.

Em se tratando da prática paráfrase “alcançada” por vestibulandos em contexto de vestibular, ela nos faz supor que o(s) sentido(s) esperado(s) por aqueles que leem “paráfrases” (os corretores de redação de vestibular), julgando-as serem da ordem do “mesmo”, pode(m) não ser dessa mesma ordem, mas da ordem do “dois”, do “três”, do (n)sentidos...

Infelizmente, fato assim não é notado por quem lê e julga a paráfrase no contexto do vestibular — talvez isso se deve porque, no vestibular, a paráfrase fica deslocada de sua natureza, *que é senão semântica*, passando, nesse contexto em que ela é produzida, a ser percebida por avaliadores, exclusivamente, enquanto exercício que foi elaborado por vestibulandos a partir de derivações que estes buscaram obter de estruturas gramaticais de um texto, *a priori*, apresentado para esse fim. Acerca desses sentidos que podem ser da ordem do “dois”, do “três” (...), é possível dizer que correspondem a uma *segunda*⁹, *terceira* (...) *interpretações* que vestibulandos podem realizar do chamado *texto motivador* da prova de redação de vestibular; interpretações essas que nos servem bem para corroborar o princípio (inter)subjetivo da linguagem, proposto por Benveniste (1988).

4 “O MESMO” NA REDAÇÃO DE VESTIBULAR: “O MESMO” OU O(S) OUTRO(S)?¹⁰

⁹ Cumpre destacar que esse modo nosso de dizer acerca de interpretações que vestibulandos realizam a partir do texto motivador da prova de redação de vestibular não se trata de uma primeira, segunda (...) leituras possíveis. Na verdade, essa enumeração vem aqui apenas para hierarquizá-las como mais prováveis (ou não) uma em relação à outra. Sendo assim, asseveramos que tal enumeração marca somente a não uni(ci)dade da interpretação.

¹⁰ Conforme Fuchs (1994, cf, p. 30), é válido dizer que todo conteúdo (re)formulado implica certo “limiar de distorção”; fato esse que já nos permite aceitar admissíveis enquanto tais os gestos de paráfrases que adiante aduzimos na condição de (*e*)-feito de *mesmos sentidos* do TM1 que faz parte da prova de redação de vestibular (2008).



O linguista Milner (1987, p. 49) — em *O amor da língua* — é categórico ao afirmar que “há alguma coisa da linguagem que se inscreve como não-todo”. A partir dessa asserção de Milner, acreditamos ser possível, rapidamente, refletirmos agora — antes da análise que trazemos para alguns gestos de paráfrase avaliados por dois corretores (A e B) de redação de vestibular na redação do aluno-vestibulando — sobre dois conceitos trabalhados por esse linguista, os quais aqui julgamos bastante pertinentes à nossa argumentação. São eles: o conceito de “TODO” e o conceito de “NÃO-TODO” — conceitos esses que são fruto da leitura que Milner (1987) realizou de textos lacanianos.

Sobre o conceito de TODO, Milner (1987, p. 17-24) diz que ele corresponde a um efeito de imaginário do sujeito que está imerso na língua, procurando em meio a essa representá-la. Sendo assim, esse sujeito¹¹, o qual é constituído na/pela língua, daí ser sujeito de/à linguagem, imaginariamente, acredita que há o representável na língua, ou seja, como prefere Milner (ibidem), o TODO.

No que tange ao fato de existir o TODO na língua, Milner (ibidem) nos permite entendê-lo a partir do que Saussure (2006) trata no CLG. Ora, o fato de a linguística saussuriana ter tomado como objeto primeiro a língua, o TODO, o regular, (e não a linguagem, o NÃO-TODO, o heteroclítico) implicou a edificação de toda uma ciência a que ela almejava, a Linguística.

¹¹ Aqui, nos perguntamos o seguinte: *como* é esse sujeito que é e-feito da/de linguagem? A resposta que encontramos vem respaldada em trabalhos de Authier-Revuz (2004) e, também, em trabalhos exteriores à linguística, no caso, na psicanálise freudo-laciana, (re)pensada, por exemplo, em Flores (1999). Em trabalhos authierianos, observa-se, pois, que tal estudiosa toma a questão do *Outro* enquanto forma de justificar que os discursos são marcados (ou não) por ele. Esse *Outro* a que a Authier-Revuz (idem) se refere é senão o *sujeito do inconsciente*, como é denominado em Lacan (1988); sujeito esse que está articulado/cindido à língua, não é senhor de si, não é origem do próprio dizer, embora, imaginariamente, esteja seguro de “tudo”, pela língua, poder dizer, é e-feito de significantes, ou ainda como prefere Flores (idem, p. 241), “o sujeito não é a fonte do sentido, mas é constituído pelo sentido”. Sobre esse sujeito, então, diríamos que se trata do sujeito de/da enunciação, o qual nossa análise aqui exibida tenta, a partir do complexo tema da paráfrase, refletir sobre seu estatuto — estatuto esse que só pode ser conferido na/pela enunciação (no caso, por exemplo, de (re)formulações parafrásticas produzidas em contexto de vestibular, aceitamos o fato de que ele, o sujeito, é “alguém” que, ao interpretar uma dada materialidade linguística, o texto motivador da prova de redação de vestibular, e, conseqüentemente se marcar nessa mesma materialidade, (re)constrói novos sentidos para o que deveria ser da ordem do “mesmo”).



Todavia, no que diz respeito ao conceito de TODO, Milner (1987) dele desconfia, chegando à conclusão de que a língua é não-todo, é, nas suas palavras, NÃO-UM. Quanto a essa certeza, comenta esse linguista (idem, p. 19), citando Lacan, que “a verdade não se diz toda, porque faltam palavras”. Como, então, o regular, ou melhor, aquilo que se dá em rede, pode estar para uma máscara — pois as palavras parecem lhe escapar —, fica impossível de se ter na linguagem a completude imaginária, o TODO. Diante disso, com efeito, nada temos a dizer senão concordar com Milner (idem, p. 49) que “há alguma coisa da linguagem que se inscreve, sim, como não-todo”.

Sobre esse conceito, o de NÃO-TODO, ressaltamos que faz parte de nossas próximas argumentações, em momentos, por exemplo, em que afirmamos ser “o mesmo” (o TODO imaginário), a paráfrase (re)formulada por vestibulandos em contexto de vestibular, um *efeito de mesmo*, o *não-um* dos sentidos para os textos motivadores da prova de redação de vestibular.

Enfim, diríamos que os conceitos de TODO e de NÃO-TODO, do linguista Milner (1987), operam na análise que segue. Tais conceitos, com certeza, nos permitem já dizer que há o diferente alojado àquilo que é ordenado (pela conjuntura vestibular) a ser TODO, a ser o regular.

Cientes desses conceitos milnerianos, passamos à análise que empreendemos para gestos de paráfrase (re)formulados em redações de vestibular ¹² pelo aluno-vestibulando.

¹² Ressaltamos que todas as análises a seguir contam com redações reproduzidas exatamente da maneira como foram formuladas por vestibulandos em contexto de vestibular. No que tange a tais redações, procuramos apenas a elas acrescentar os grifos que nossos dois corretores de redações de vestibular (corretor A e corretor B) deixaram sobre as mesmas, quando, para nós, estiveram a localizar e a avaliar gestos de paráfrases que aí se encontram. Quanto às análises que dessas redações, também, tivemos de fazer, ressaltamos que elas não vão ao encontro do rigor gramatical com que corretores de redação de vestibular sempre corrigem esses textos. Não agimos de forma igual a eles aqui, porque, conforme as balizas teóricas a que nos filiamos (as teorias da enunciação), não estamos à caça de formas apontadas como “mal-redigidas”, “incompletas” (com problemas de pontuação, concordância, regência, etc., presentes em quaisquer textos). Como nosso foco é a paráfrase (re)formulada nessas redações e as implicações de subjetividades que conjecturamos haver nessa prática de linguagem — a subjetividade do candidato que lê o texto motivador da prova de redação de vestibular e dele (re)formula uma “suposta” paráfrase e a subjetividade do corretor que lê “o mesmo” texto motivador e julga se o vestibulando alcançou a paráfrase esperada pela banca



4.1 À procura da paráfrase¹³

O texto abaixo (T1), o qual versa sobre o problema da fome no mundo, vai ao encontro da *Situação A*, ou texto motivador 1¹⁴, doravante, TM1, de uma prova de redação de vestibular. Sendo assim, houve, da parte de seu *scriptor*, o cuidado por articular uma resposta focada na questão que lhe foi perguntada em contexto de vestibular: *Como conter a fome no mundo?* Vejamos esse texto:

Texto 1 (T1):

A fome pode se tornar um problema mundial

A população no mundo hoje, passa por diversos problemas. Um deles é a fome que demonstra cada vez mais, ser um assunto muito discutido e que apresenta poucas soluções. Alguns países, buscam medidas que acabem com esta crise, a falta do que comer. Segundo informações de telejornais, revistas é muito preocupante ao saber que já são um número considerável, as pessoas que não tem condições para se alimentar, dignamente. Falta infra-estrutura para conseguir ajudar os que precisam por meio de doações.

Tendo em vista que o problema da fome no mundo é sério, o que também se precisa para amenizar, esta situação é a criação de unidades assistenciais que colem o maior número possível de alimentos, para que de alguma forma, o problema da falta de comida seja resolvido, ou pelo menos reduzido. A falta do que comer assola boa parte da população mundial. De acordo com estimativas do IBGE,

corretora de redações do processo seletivo de vestibular —, questões dessa natureza nos escapam aqui.

¹³ Para que nossas discussões sobre paráfrases em redações de vestibular recebessem tratamento especializado, tivemos de contar com o trabalho de dois corretores de redações de vestibular (corretor A e corretor B). Para esses corretores, pedimos somente isso: que localizassem *pontualmente as paráfrases* (grifando-as) na redação (T1) produzida pelo vestibulando em contexto de vestibular; além disso, pedimos aos corretores A e B que produzissem um julgamento (cada uma fez o seu) às paráfrases que eles localizaram no T1.

¹⁴ Por bem, julgamos necessário, sob forma de anexo (após nossa bibliografia utilizada) apresentar ao nosso leitor tal texto.



devido as más condições de transporte e armazenamento, 8,7% da produção é perdida.

É de extrema importância, pensar em fatores que amenizem o problema da fome no mundo. Levando-se em consideração que atualmente, enquanto várias pessoas sofrem com a carência do que comer, muitos outros cidadãos, consigam desperdiçar uma pequena parcela, que seja, de alimentos. Pensar que quando este fator, quando está distante de locais que não tem necessidade, não interessa a algumas pessoas é deixar passar algo que por mais complicado que seja, faz parte da vida de todos e esta questão, acaba gerando outra preocupação a desnutrição, ou mesmo a morte.

De alguma forma, não é possível, descartar a situação pela qual o mundo passa, a falta de comida. O número de pessoas que tem fome aumenta cada dia mais e isto é grave, considerando que provavelmente daqui a poucos anos, por exemplo, a humanidade, já não conseguirá deter, a escassez de comida. Por isso, desde agora deve-se pensar em soluções para esta crise, que é de interesse de todos cidadãos, porque mais cedo ou mais tarde, as pessoas terão que dar atenção a esse fator, que ao contrário do que se pensava, algum dia o alimento acabará faltando para todos.

Face à leitura do T1, basicamente, notamos que as ideias nele arquitetadas se estruturam mais ou menos assim:

1º§ Apresentação da tese: a fome, um problema mundial + Breve exemplificação dessa tese, a qual aparece respaldada em dados oriundos de revistas e de telejornais.

2º§ Menção a meios de reduzir a fome no mundo + Esclarecimento desses meios sob forma de “paráfrase” de enunciados do TM1.

3º§ “Apresentação” de uma “suposta ideia” para determinar “fatores” (?), “os quais poderão amenizar o problema da fome no mundo” + Outro esclarecimento quanto ao problema da fome no mundo (este, também, “sob forma de paráfrase” de enunciados do TM1) + Alerta a todos nós quanto ao fator (?) desperdício.

4º§ Retomada da tese: A fome, um problema mundial + Outra alerta acerca da abrangência e da gravidade desse problema + Apelo final a nós leitores, sugerindo uma procura de soluções que venham conter a crise atual de alimentos.

Levando-se em conta essa estrutura que o vestibulando construiu, temos a dizer, particularmente, sobre algo que nela nos toca: “a paráfrase”. Esta apareceu “duas” vezes no T1 (2º§ e 3º§), segundo a avaliação dos corretores A e B.



Em se tratando da primeira ocorrência da paráfrase (2º§ do T1) — a qual não foi reconhecida unanimemente pelos corretores A e B, dado que àquilo que o corretor A julgou ser uma “cópia” de enunciados do TM1, uma informação que, “igualmente” já está posta nesse texto (TM1), o corretor B nada desse tipo disse, apenas negou ser, em outro caso, o 3º§ do T1 uma paráfrase —, ela nos colocou diante dos seguintes questionamentos: 1º) seria tal “(re)formulação” apenas uma “cópia”, perguntamo-nos?; 2º) as formas linguísticas que compõem o dizer “De acordo com estimativas do IBGE, (...) 8,7% da produção é perdida” (T1), realmente, se matêm sob efeito de mesmos sentidos do que se supõe, imaginariamente, existir no TM1?

A resposta imediata que damos a ambos os questionamentos acima é não. Mesmo que essa construção linguística não venha a ser um gesto de paráfrase (consoante à avaliação que dela foi feita pelo corretor A), é possível, de nossa parte, perceber o trabalho do vestibulando em apresentar um dado seguro (o IBGE) à sua argumentação — ele negocia com a língua, marcando isso no fio do dizer do T1: “De acordo com estimativas do IBGE (...)”. Assim, por não julgarmos ser uma cópia tal (re)escrita do vestibulando, buscamos em Authier-Revuz (2004), exatamente no que essa estudiosa da enunciação nomeia de *heterogeneidades discursivas*, breves explicações que melhor respaldam o nosso “não” dado à avaliação que o corretor A atribui à paráfrase em questão.

Começamos, então, lembrando (com essa autora) que é preciso não se esquecer de que existem questões enunciativas fortes implicadas a qualquer (re)escrita¹⁵. Afinal, em matéria de enunciação, um enunciado é sempre algo irrepetível. Sendo assim, esse “igual”, que no T1 é julgado ser do “outro” (talvez um plágio, por que não?), pode ter ganhado um estatuto-outro na (re)produção do vestibulando (estatuto esse que já é diferente no TM1). Vejamos, por exemplo, que no T1, o “mesmo” “enunciado-cópia” passou a ter uma estrutura invertida da que tinha no TM1: o possível motivo da perda da produção de alimentos (“(...) devido as más condições de transporte e armazenamento (...)”) aparece, no “enunciado-cópia”, anterior à estimativa feita pelo IBGE (“De acordo

¹⁵ Quanto a isso, cumpre destacar que, os trabalhos authierianos não se detiveram, estritamente, em analisar a paráfrase. O foco de investigação dessa autora sempre foram as *heterogeneidades discursivas*, mostrada e constitutiva.



com estimativas do IBGE” (...) “8,7% da produção é perdida”.); fato esse que, sem dúvida alguma, nos aponta para ênfases argumentativas diferentes, para sentidos-outros: no TM1, enfatiza-se a causa (as más condições de transporte e armazenamento) da perda de alimentos; já no “enunciado-cópia”, o efeito (a perda da produção) é que é enfatizado.

Ademais essas explicações anteriores, diríamos, também, que o T1 aborda especificamente a “produção de grãos”, enquanto no T1, a referência a “produções” não é especificado e, por isso, o leitor pode compreender que se trata de produções de alimentos em geral.

Ante a essa inversão sintática que o vestibulando realizou no T1, “copiando informações” do TM1, asseveramos, então, haver novos sentidos acontecendo a partir de uma nova estrutura (T1). Sendo assim, reconhecer em tal inversão sintática um efeito (ou não) de paráfrase traz em si uma complexa questão: a presença de subjetividades ali implicada (nesse caso, a subjetividade daquele que julgou — o corretor A — tal parte do T1 não ser uma paráfrase de enunciados do TM1). No que tange aos grifos que pedimos para os corretores A e B realizarem no T1, constatamos que eles parecem em muito divergir quanto à maneira de serem avaliados enquanto paráfrases do TM1: o corretor A nos declarou que o candidato não realizou a paráfrase (nas suas palavras: “apenas copia um trecho do texto motivador”), ao passo que o corretor B nada declara acerca dessa suposta cópia.

No que tange a essa avaliação anterior do corretor A, abrimos espaço aqui para trazermos uma observação. Começamos dizendo que, as diferentes avaliações que os corretores A e B fazem para um “eventual” “enunciado-cópia”, presente no T1, mostram que, no caso do corretor A, àquilo que o vestibulando escreveu não chega a marcar uma diferença em relação a enunciados do TM1; fato esse que deve não ter sido suficiente para que tal corretor (A) reconhecesse uma paráfrase ali na redação do vestibulando.

No entanto, tal avaliação que o corretor A enuncia para o que diz ser um “enunciado-cópia” de enunciados do TM1 não recoloca aqui a questão dos limites relativos aos sentidos que estão implicados ao ato de parafrasear. Nesse caso, não se trata de uma “identidade” de sentidos a ser reconhecida. A deformação mostra-se necessária, diríamos.



Isso, sem dúvida, tem a ver com o juízo subjetivo que está implicado ao reconhecimento de gestos de paráfrase.

Acerca desse enunciado “cópia” (ou não), então, é possível imaginarmos agora, na condição de um vestibulando (o *scriptor* do T1), que este deve ter ficado com a certeza de tarefa cumprida, ante ao que lhe foi pedido (a produção de paráfrases de enunciados do TM1 da prova de redação de vestibular) — ao menos ele tentou (re)elaborar informações do TM1 de uma maneira-outra (com “leves” inversões), diríamos assim.

Quanto à segunda “ocorrência” da paráfrase no 3º§ do T1, trazemos algumas explicações para *o diferente* (o NÃO-TODO, nas palavras de Milner (1987)) que nela encontramos — diferente esse que ali aparece dando margem a uma significação variada do TM1. Desse modo, a declaração “(...) várias pessoas sofrem com a carência do que comer, muitos outros cidadãos, consigam desperdiçar uma pequena parcela, que seja, de alimentos” (3º§ do T1), ainda que não seja bem uma paráfrase de enunciados do TM1 — ambos corretores A e B chegaram a essa mesma recusa, grifando esse mesmo trecho no T1 —, ela nos oferece espaço para (entre)vermos, por meio das combinações aí efetuadas pelo vestibulando, o que chamamos em nosso trabalho de *efeitos de sentido*.

Em relação a essa “não-paráfrase”, para analisá-la, partimos da ideia de que ela deve ser fruto de combinações de palavras/expressões que o vestibulando interpretou, conjuntamente, da leitura que fez do TM1, dado que sua formulação não resulta de nada que esteja em uma sequência/enunciado linear já produzida/o no TM1. Tentamos, então, explicá-la por meio do segundo fragmento de texto que faz parte do TM1.

Sendo assim, o vestibulando, no T1 — ao se referir à “carência do que comer” de que, no Brasil, “várias pessoas sofrem” e ao fato de, em nosso país, “muitos outros cidadãos” conseguem “desperdiçar uma pequena parcela, que seja, de alimentos” —, procurou, possivelmente, recuperar para sua escrita algumas ideias do TM1 do tipo “a crise mundial na produção de alimentos” e “o desastre que ocorre todos os dias (...): o desperdício” (no Brasil). Porém, nesse ato de o *scriptor* do T1 tentar recuperar o já-dito no TM1 (ato esse que representa uma teima com o conteúdo do TM1, consoante o julgamento dos corretores A e B) há algo ali que vem a mais (por acréscimo), ou seja, a própria avaliação do vestibulando (este parece indignado com o desperdício), que vem, por



exemplo, marcada através das formas verbais “consigam desperdiçar” (avaliação essa que é inexistente no T1).

A respeito dessa escrita recusada pelos corretores A e B como não sendo paráfrase de enunciados do T1, diríamos que a avaliação subjetiva de cada um deles pode não os ter levado a esses semantismos que colocamos lado a lado acima. Isso também, mesmo que tenha sido suscitado entre eles, não os levaria ao sim (o trecho analisado é paráfrase do T1!). Ante ao que é estabelecido, por exemplo, enquanto critério de avaliação da paráfrase, no *Manual do candidato*, (2008, p. 69), o vestibulando (nesse mesmo trecho analisado acima) não nos dá pistas de ter repousado suas ideias que construiu (“a paráfrase”) em ideias do T1 — o enunciado “uma família de classe média joga fora, em média, 182,5 quilos de comida por ano (...)” (T1) pode até ser tomado, nesse caso, como causa de tal escrita do vestibulando, porém a materialidade que compõe o “mesmo enunciado” no T1 não nos orienta a uma significação ‘aparentada’ com ele.

Para encerrar essa primeira análise, queremos discutir ainda sobre a possibilidade de um trabalho de autoria¹⁶ se mostrando nessas “(re)formulações parafrásticas” acima discutidas. Esse trabalho, ainda que incipiente na produção analisada (T1), poderia ao menos ser tomado aqui a partir de interpretações outras que o produtor do T1 realizou com base em informações do T1.

Partindo, então, da posição defendida por Orlandi (2004, p. 70) de que “o sujeito só se faz autor se o que ele produz for interpretável”, é possível afirmarmos que as

¹⁶ Resumidamente, o que nossas análises estão a chamar de *realização do trabalho de autoria em possíveis gestos de paráfrase* está relacionado às elaborações teóricas de Orlandi (2004), para quem *autoria* diz respeito a *gestos de interpretação* realizados no nível do simbólico por um sujeito que, imaginariamente, se considera origem do próprio dizer (idem, cf, p. 18) e às demonstrações práticas de Possenti (2002) e de Tfouni (2008) sobre esse mesmo assunto, as quais, respectivamente, lidam com a autoria enquanto *indícios* (algo possível de ser detectado no nível do simbólico, estando, pois, esses *indícios* relacionados às escolhas que um eventual autor/*scriptor* faz de formas linguísticas, a fim de (re)velar sua posição diante de objetos, acontecimentos, etc.) e enquanto *contenção da deriva* dos sentidos (fato esse que pode ser explicado quando o sujeito, em nosso caso, o vestibulando, ocupa a posição de autor/*scriptor* ante o que diz/enuncia, tentando aí “amarrar” a dispersão dos sentidos, por exemplo, através de retornos constantes a enunciados supostamente já produzidos por ele em um dado texto). Para um maior esclarecimento sobre a questão, sugerimos ao nosso leitor a leitura completa dessas referências; em nosso caso, acreditamos que essas explicações aqui nos bastam para que nos façamos entendidos diante de nossas breves intenções em tratar da autoria em gestos de paráfrases (re)formulados em redações de vestibular.



“paráfrases” do vestibulando (no T1) marcam o trabalho de um autor/*scriptor* perante o que ele próprio tenta nos dizer, es-cla-re-cer... (ora, suas “(re)formações” são interpretáveis!). Exemplo disso pode ser sutilmente verificado por meio das formas linguísticas “consigam desperdiçar” (examinadas recentemente aqui), em que o vestibulando deixa (re)velar uma avaliação pessoal que ele faz do problema do desperdício em seu texto (T1). Também, acerca da (re)formulação “De acordo com estimativas do IBGE...”, avaliada pelos corretores A e B como sendo uma “cópia” de um dado enunciado do TM1, notamos certa emergência do princípio da autoria aí se fazendo quando o vestibulando, sob forma de discurso indireto (“De acordo com (...)), procura inserir seu dizer no repetível (a paráfrase), (re)afirmando aquilo que recorta (“cópia”) do TM1 e confirmando sua hipótese de que a fome assola boa parte da população mundial.

5 PALAVRAS FINAIS...

Em nossa única análise trazida aqui, acreditamos ter sublinhado a variabilidade de julgamentos dos corretores de redação de vestibular (A e B) para a paráfrase. Cada um deles, por sua vez, detectou para nossa pesquisa “identidades de sentido” (gestos de paráfrases) que foram consideradas/os haver entre conteúdos do texto motivador 1 (TM1) e conteúdos do T1. Quanto a tais “identidades”, percebemos que elas nem sempre foram notadas de forma igual, já que àquilo que um desses corretores reconheceu como sendo paráfrase, o outro o apontou diferentemente.

Isso, todavia, não nos fez pensar que eles estivessem mal resolvidos quanto a um suposto “modo exato” de conceber a paráfrase na produção do vestibulando. Na verdade, esse ato em si de nossos corretores (A e B) terem estabelecido uma identificação (ou não) entre enunciados do TM1 e enunciados do T1 é que nos levou a conjecturar que havia nisso subjetividades implicadas à complexa questão da paráfrase.

Acerca dessas subjetividades, efetivamente, podemos aqui concluir que elas se fazem presentes na maneira com que a paráfrase foi concebida em nosso material de análise — os *grifos* e os *comentários* feitos pelos corretores de redação de vestibular (A e B) nas/às paráfrases que acima analisamos atestam bem isso. No que tange àqueles (os *grifos*),



diríamos somente que não muito refletem o trabalho atento desses corretores por verificar semantismos o mais próximo possível daqueles que podemos construir a partir de informações do TM1 (nosso trabalho com a noção de *efeitos de sentido* mostrou bem um pouco disso).

Sendo assim, diante dessa análise que aqui (re)construí de parte da minha dissertação de mestrado (destacando a paráfrase produzida pelo vestibulando em contexto de vestibular), cumpre, uma vez mais, deixar claro que, ela não desconsidera a avaliação dos gestos parafrásticos que os dois corretores A e B fizeram para o T1 a pouco perscrutados. Em uma perspectiva enunciativa a que nos filiamos, a paráfrase é sempre olhada face a uma relação variável, inscrita na utilização da língua pelos falantes, e não como algo inscrito exclusivamente no sistema da língua (FUCHS, 1982, p. 72); isso, sim, foi que nos inquietou ante a avaliação dos corretores A e B, dado que aí pudemos perceber que a paráfrase em redações de vestibulandos é avaliada do ponto de vista linguístico apenas (gramaticalmente) e não semanticamente, como deveria. Avaliação essa que, infelizmente, desloca a real natureza da paráfrase, fazendo dessa prática de linguagem no vestibular um meio de reconhecer se vestibulandos lançaram mão (ou não) de recursos do tipo *uso de inversões sintáticas* ou *de sinônimas* para (re)produzir o(s) mesmo(s) sentido(s) de enunciados que se encontram no TM1 da prova de redação de vestibular. Esse tipo de recurso os corretores A e B nos disseram que é o que sempre os orienta durante seus atos de localizar e de avaliar paráfrases na redação do vestibulando.

Como, então, *a produção da paráfrase* e, posteriormente, *sua avaliação* passam pela interpretação (a princípio, do vestibulando, e, depois, de avaliadores) de enunciados — enunciados esses que são (re)construídos a partir de um texto suposto texto “anterior”—, não faria sentido aqui (de nossa parte) tentar concebê-las estaticamente, reclamando de uma ou de outra aquilo que nosso olhar de investigador poderia vir a nos sinalizar. Nisso, nossa saída, a qual acreditamos ter sido a melhor, foi tentar nos orientar a partir de ensinamentos de Benveniste (1988), principalmente, no fundamento (inter)subjetivo da linguagem. Foi este fundamento de tal estudioso, portanto, que nos (re)conduziu até à possibilidade de (re)pensarmos no fato de que existiam subjetividades implicadas ao julgamento da paráfrase em redações de vestibular.



No que tange a *questão da autoria*, discutida brevemente em momentos finais de nossas análises para a paráfrase (re)formulada em redações de vestibular, temos ainda a dizer que ela, embora não seja notada por corretores de redação de vestibular, corresponde a incipientes tentativas de o vestibulando (re)formular o *já-dito*, sob pena de ora dizer dos sentidos (“os mesmos”) do TM1 da prova de redação de vestibular, amarrando-os em meio à sua redação, ora procurando legitimar o discurso do outro, encontrando nisso um meio de (meta)enunciar certo dizer *de acordo com* informações “dadas” em tais textos. Nesse jogo de (re)arranjar a língua é que (para nós) emergiu certos indícios de um efetivo princípio de autoria na produção escrita do vestibulando, dado que ali (nas paráfrases aqui analisadas) onde deveria acontecer/reinar o *Um* do sentido (segundo critérios estabelecidos pelo processo seletivo de vestibular para avaliar “o mesmo”), algo escapou (emergindo o *Não Um* do sentido), demonstrando, em certa medida, o trabalho de um autor que produziu e não apenas reproduziu enunciados do outro.

Acerca disso que acabamos de dizer acima, cabe aqui inclusive um comentário nosso. Ora, parece claro e constante em todo o *Manual do candidato* (2008) que ao vestibulando é imputado *reproduzir as mesmas ideias do texto motivador* (TM1) da prova de redação de vestibular e *não criar*, conforme alguns indícios de autoria aqui analisados (re)velaram fato assim (a produção de sentidos-outros) para nós. Isso que estamos levantando agora ressoa como contraditório, uma vez que se retomarmos a exigência que toda universidade pública, posterior ao ingresso de seu aluno-vestibulando na esfera acadêmica, tem ante a esse (espera-se que o aluno-universitário *crie* e não que ele *copie* textos), perceberemos que o perfil de aluno que ela demanda e o perfil de candidatos que o processo seletivo de vestibular “avalia” são completamente paradoxais.

Para finalizar, resta-nos ainda refletir acerca de um possível modo de ensino da paráfrase que será exigida de vestibulandos em momento de processo seletivo de vestibular. Estranho, primeiramente, é imaginar que estes têm de (re)formular paráfrases de textos (para o vestibular) que muitas vezes sequer, durante etapa escolar, tiveram acesso, desconhecendo, por exemplo, o gênero desses textos — para não dizer do conteúdo dos mesmos! Mais estranho ainda é imaginar que as práticas de escrever e de interpretar, no vestibular, surgem enquanto matérias separadas, como se forma e sentido na linguagem



pudessem ser dicotomizadas. Quanto a essas estranhezas, nossa sugestão para minimizar esse modo confuso de conceber a paráfrase no vestibular é que se trabalhe essa prática de linguagem na relação com o texto todo (tanto na relação com o texto motivador, quanto na relação com a redação do vestibulando), já que ela não é algo assim que permite colocar aquilo de si onde espera(m)-se “o(s) mesmo(s) sentido(s)” de um texto que é apresentado para fomentá-la.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. São Paulo: DIFEL – Difusão Européia do Livro, 1964.

AUTHIER, REVUZ, Jacqueline. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido; apresentação Marlene Teixeira; revisão técnica da tradução: Leci Borges Barbisan e Valdir do Nascimento Flores. — Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Pontes, 1988.

CALIL, Eduardo. **Escutar o invisível**: escritura e poesia na sala de aula. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2008.

COPEV. **Arquivo de prova**. Dez 2008. Disponível em: <<http://www.ingresso.ufu.br>>. Acesso em: 01.01.2009.

COPEV. **Manual do candidato**: processo seletivo. dez 2008. Disponível em: <<http://www.ingresso.ufu.br>>. Acesso em: 01.01.2009.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. **Linguística e Psicanálise**: princípios de uma semântica enunciativa. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

FUCHS, C. A paráfrase linguística: equivalência, sinonímia ou reformulação? Tradução de João W. Geraldini. **Cadernos de estudos linguísticos**. Campinas: Editora da UNICAMP, n. 8, 1985, p. 129-134.

_____. **La paraphrase**. Paris: Press Universitaires de France, 1982.

_____. **Paraphrase et énonciation**. Paris: Ophrys, 1994.

ILARI, Rodolfo. **Introdução à Semântica**: brincando com a gramática. São Paulo: Contexto, 2001.



JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. 20. ed. São Paulo: Cultrix, 2005.

MILNER, Jean-Claude. **O amor da língua**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

ORLANDI, Eni. **Interpretação: autoria, leitura, efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis: Vozes, 2004.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni Orlandi. São Paulo: Pontes, 1990.

POSSENTI, Sirio. Índícios de autoria. **Perspectiva**, Florianópolis, v.20, nº01, p. 105-124, jan/jun. 2002.

SANTOS, Hélder Sousa. **A paráfrase no vestibular: uma prática de (re)formulação do dizer**. Uberlândia, MG: 2010. (Dissertação de Mestrado).

TFOUNI, Leda Verdiani (org.). **Múltiplas faces da autoria**. Ijuí: UNIJUÍ, 2008.

ANEXO (1)

SITUAÇÃO A (ou TM1)¹⁷

A idéia de um mundo famélico, à beira do colapso, assombra a humanidade desde que o economista e demógrafo inglês Thomas Malthus (1766-1834) previu, no século XVIII, que no futuro não haveria comida em quantidade suficiente para todos. Sua teoria não se confirmou, mas volta e meia assusta. Foi quase em uníssono que, nas últimas semanas, os principais organismos internacionais – a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial (Bird) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) – chamaram atenção para a gravidade dos problemas decorrentes da alta dos alimentos. No último ano, os preços subiram 57%. Isso em média, porque o trigo, por exemplo, subiu 130%. Para as pessoas que vivem no limiar da miséria, pode significar a fome. O Banco Mundial previu que 100 milhões de pessoas poderão submergir na linha que separa a pobreza da miséria absoluta devido ao encarecimento da comida.

O ponto central, como registrou a revista inglesa *The Economist*, é que os alimentos alcançaram um novo patamar de preços, o mais alto dos últimos trinta anos. Eles podem baratear um pouco, mas não voltarão aos níveis do fim dos anos 70. O mundo está migrando para uma nova realidade, e a transição está sendo mais longa e difícil do que se previu. O problema tornou-se crítico agora porque vários fatores adversos ocorreram simultaneamente e afetaram a produção. Os estoques reguladores entraram então no nível mais baixo das últimas três

¹⁷ Texto Motivador 1.



décadas. Entre as diversas causas, a mais importante é que o mundo está comendo mais.

O aumento da demanda se deu principalmente na China, na Índia e no Brasil, as economias emergentes que lideram o movimento de alta no padrão de consumo de suas populações. Juntos, os três países têm mais de um terço dos habitantes do planeta. Uma mudança de padrão de consumo é suficiente, portanto, para uma alteração significativa na economia global. No ano passado, a China expandiu seu produto interno bruto (a soma das riquezas produzidas no país) em 11,4%. A Índia cresceu 9,6%. Não foi só isso. Além de comer mais, a população desses países está se tornando mais urbana. Ou seja, deixou de produzir o próprio alimento para comprá-lo no supermercado, o que torna necessário que se produza mais comida em larga escala para atender às cidades.

FRANÇA, Ronaldo. **Veja**, 23 de abril de 2008.

A crise mundial na produção de alimentos foi chamada pela ONU de “tsunami silencioso”. No Brasil, ocorre todos os dias outro desastre, também silencioso: o desperdício. Segundo estimativa da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), uma família de classe média joga fora, em média, 182,5 quilos de comida por ano, o suficiente para alimentar uma criança por seis meses.

Um hipermercado pode desperdiçar, por mês, até 2.000 kg de alimentos bons para o consumo, mas não para a venda. Em 2007, 24 mil toneladas de material orgânico (partes de hortaliças ou comida considerada imprópria ao consumo) foram descartados na Ceagesp.

O ciclo de desperdício segue nas feiras-livres, onde a perda estimada, em São Paulo, é de mil quilos por dia.

Mas boa parte do desperdício no país não pode ser impedida por consumidores ou comerciantes. Estudo do IBGE estima que 8,7% da produção de grãos é perdida ao longo da cadeia produtiva, por conta das más condições de transporte e armazenamento. A pesquisa também aponta que 4,7% dos grãos são perdidos ainda na plantação, por conta de problemas climáticos. No total, são 10 milhões de toneladas/ano desperdiçadas antes mesmo de chegar aos pontos-de-venda.

“O número é alto, considerando que os grãos têm maior durabilidade. A perda de frutas e hortaliças deve ser ainda maior”, diz Júlio Perruso, 40, gerente de análise e planejamento do IBGE.

Cyrus Afshar. **Folha de S. Paulo**, 31 de maio de 2008.

Produza seu texto respondendo a seguinte pergunta: **Como conter a fome no mundo?**